

A CONTRIBUIÇÃO DAS OBRAS META-FICCIONAIS NO ENTENDIMENTO DO CONCEITO DE NATUREZA NA CONTEMPORANEIDADE

Data de submissão: 18/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Rodrigo Augusto Kovalski

Universidade Estadual do Centro-Oeste
(UNICENTRO)
Palmeira – PR
<http://lattes.cnpq.br/6086971450255598>

Os enredos são como múltiplos labirintos e se desdobram num jogo infundável de espelhos, especulações e conjecturas, às vezes com a perícia de intrigas policiais e o rigoroso gosto da aventura, para quase sempre desembocar na perplexidade metafísica. (Jorge Luis Borges – *Ficções* (1944), 2007.)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo levar o leitor a uma reflexão acerca do conceito de natureza, no contemporâneo, onde primeiramente é apresentado *O conceito de natureza dentro da história do pensamento Ocidental*, diálogo de Thomas Kesselring (1992) sobre as fases ou maneiras de pensar a natureza ao longo dos séculos pela humanidade. Posteriormente, são apresentadas as obras meta-ficcionais *A vida dos animais* (2002) de John M. Coetzee e *La Pachamama y el humano*

(2011) de Eugenio Raul Zaffaroni, as quais posteriormente serão analisadas sobre o foco da ficcionalidade de Umberto Eco, no seu livro *Seis Passeios pelos Bosques da Ficção* (1994). Metodologicamente esta pesquisa se enquadra como bibliográfica e de base qualitativa. E, como possíveis resultados, esta pesquisa nos leva a reflexão que nosso estilo de vida dominado pela técnica já tem condições não reversíveis a natureza, o que nos força a contar com eles como se fossem eventos naturais. Com isso, confirma-se, mais uma vez, a tese de que o homem está hoje localizado fora da natureza, ao menos quanto à própria autoconsciência. Dever-se-ia desta forma, renunciar a estratégias cujas consequências são contrárias à conservação de uma biosfera diferenciada, mesmo que isso custasse um certo preço econômico, pois a sobrevivência não é apenas uma questão de força, mas de diversificação e de multiplicidade. Ainda, além da urgência prática da obrigação ecológica que temos, esta prognose coincide com a nova visão de natureza, a qual se tentou demonstrar por meio das obras meta-ficcionais. Assim, se continuarmos absolutizando a ideia do concurso que é subjacente ao nosso sistema econômico e domina o

nosso comportamento social, permaneceremos presos ao conceito de natureza de séculos anteriores.

PALAVRAS-CHAVE: Meta-ficcional, Natureza, Contemporâneo.

THE CONTRIBUTION OF META-FICTIONAL WORKS TO THE UNDERSTANDING OF THE CONCEPT OF NATURE IN CONTEMPORANEITY

ABSTRACT: This article aims to lead the reader to reflect on the concept of nature in contemporary times. It first presents *The Concept of Nature in the History of Western Thought*, a dialogue by Thomas Kesselring (1992) on the phases or ways in which humanity has thought about nature over the centuries. Subsequently, the metafictional works *The Life of Animals* (2002) by John M. Coetzee and *La Pachamama y el humano* (2011) by Eugenio Raul Zaffaroni are presented, which will later be analyzed from the perspective of Umberto Eco fictionality in his book *Six Walks through the Woods of Fiction* (1994). Methodologically, this research is classified as bibliographic and qualitative. And, as possible results, this research leads us to reflect that our lifestyle dominated by technology already has conditions that are not reversible to nature, which forces us to count on them as if they were natural events. This confirms, once again, the thesis that man is today located outside of nature, at least in terms of his own self-awareness. We should therefore renounce strategies whose consequences are contrary to the conservation of a differentiated biosphere, even if this comes at a certain economic price, since survival is not only a question of strength, but of diversification and multiplicity. Furthermore, in addition to the practical urgency of our ecological obligation, this prognosis coincides with the new vision of nature, which has been attempted to demonstrate through metafictional works. Thus, if we continue to absolutize the idea of competition that underlies our economic system and dominates our social behavior, we will remain trapped in the concept of nature of previous centuries.

KEYWORDS: Metafictional, Nature, Contemporary.

1 | INTRODUÇÃO

As indagações do contemporâneo a respeito da natureza, hoje levam o pensamento não apenas acadêmico, mas também social a se perguntar onde estará o centro desta discussão, será a filosofia a ciência responsável ou cabe aos estudos culturais, sociais, naturais ou ainda cada ciência e área de saber compete com sua parte de responsabilidade?

É a partir desta pergunta, que este artigo é construído, como maneira de reflexão a como a humanidade pensa a natureza no contemporâneo. E para que se pudesse traçar uma linha de entendimento, buscou-se verificar como a contribuição das obras meta-ficcionais auxiliam no entendimento do conceito de natureza na contemporaneidade.

Para isso, este artigo traz primeiramente o conceito de natureza dentro da história do pensamento Ocidental, diálogo de Thomas Kesselring sobre as fases ou maneiras de pensar a natureza ao longo dos séculos pela humanidade. Posteriormente é apresentado ao leitor, uma síntese das obras: *A vida dos animais* de John M. Coetzee e *La Pachamama*

y *el humano* de Eugenio Raul Zaffaroni, as quais posteriormente serão analisadas sobre o foco da ficcionalidade de Umberto Eco.

Para que se possa entender como a ficção povoa a área de construção de significados do ser humano, Ávila destaca que sua terminologia descende

do Latim "*fictio*" – fingimento. Criação literária que retrata fatos e figuras imaginários. Seus gêneros principais são: a) romance, que é uma narrativa longa; b) a novela, narrativa de tamanho intermediário; c) o conto, que é uma narrativa breve. Todos esses gêneros exigem imaginação, arranjo e apresentação, expressos com beleza e forma, organicidade estrutural e unidade de efeito. (1976, p. 295)

Já Massaud Moisés, destaca que

Ficção – do Latim *fictio*(m), de *fingere* [significa] modelar, compor, imaginar, fingir. Sinônimo de imaginação ou invenção, encerra o próprio núcleo do conceito de Literatura: Literatura é ficção por meio da palavra escrita. Nesse caso, qualquer obra literária constitui a expressão dos conteúdos da ficção. Entretanto, o vocábulo se emprega, costumeiramente e restritivamente, para designar a prosa literária em geral, ou seja, a prosa da ficção. (1999, p. 229)

Assim com estas premissas de possível definição da ficção, é notado que esta se torna instrumento maior da literatura, pois sua característica primeira é por meio do não real, levar sua interpretação a criação de uma realidade, seja esta verdadeira ou não, ou como pressuposto de uma. A ficção tratada neste artigo se desprenderá das ideologias máximas da literatura, a fim de ser analisada como ferramenta de interpretação, para que assim, de alguma maneira, possamos compreender como obras meta-ficcionais (obras não reais, mas com fundos ou papéis reais de interpretação) auxiliarão na compreensão do conceito de natureza na contemporaneidade.

2 | O CONCEITO DE NATUREZA NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO OCIDENTAL, SEGUNDO THOMAS KESSELRING

Para que se possa entender a contribuição das obras metaficcionais no entendimento do conceito de natureza na contemporaneidade, primeiro será colocado aqui um resumo, onde abordar-se-á o artigo "O conceito de natureza na História do pensamento Ocidental" de autoria de Thomas Kesselring, professor da Universidade de Berlim, Alemanha, publicado pela revista acadêmica *Ciência & Ambiente III*, em 1992.

Kesselring (1992) propõe em seu discurso uma abordagem das transformações que o conceito de natureza experimentou na história ocidental, desde a antiguidade clássica até hoje, a partir de aspectos como o lugar do homem na natureza, a *práxis* humana em relação a ela, a auto-concepção das ciências naturais e o triângulo Deus-Homem-Natureza.

O autor incita esta busca do conceito de natureza na história do pensamento ocidental tratando dos significados originais dos troncos linguísticos (latino e indogermânico) subjacentes à família de palavras como conhecer e natureza. Esta ideia parece ao autor

atraente, pois segundo esta análise pode ser notado que os processos de natureza e os processos cognitivos são parentes uns dos outros. Apesar disso, hoje, paradoxalmente, a ameaça mais séria à natureza provém do próprio conhecimento científico da natureza e de suas aplicações.

Retrocedendo à antiguidade grega para o entendimento do conceito de natureza (*physis*), a autor denota que para os gregos, o paradigma da *physis* era a vida orgânica, primeira característica deste conceito. Não por acaso, muitos filósofos gregos usaram este paradigma quando trataram do Estado ou do cosmos, vistos na sua imagem arquétipica como organismo. A natureza era tida, além disso, como processo circular. Numa tal cosmologia não há evolução de espécies biológicas, nem estrelas que nascem do céu. A própria natureza é eterna, isto é, não criada e imperecível. Não havendo criador da natureza, pois ela mesma é o princípio do que surge e desaparece.

E a estes dois conceitos da *physis* se acresce um terceiro que, em certo sentido, é mais específico. Segundo a filosofia grega, existe algo que é a *physis* – a natureza, a essência, ou o princípio – de cada ser singular.

No conceito de Aristóteles, *physis* é o princípio de movimento e repouso inerente a todas as coisas. Graças a este princípio cada ser aspira ao seu lugar natural. A possibilidade da ciência e do conhecimento da natureza pertencem então, à natureza humana.

Aristóteles distingue ainda três planos diferentes da realidade, aos quais correspondem três espécies de ciência: a ciência da natureza, a matemática e a metafísica. A física indaga as causas das transformações e dos movimentos na realidade material. A matemática se abstrai de toda transformação, de todo movimento e de toda matéria. E a metafísica, finalmente, se abstrai até das leis matemáticas e indaga os princípios gerais daquilo que existe. Desta forma, enfim o pensamento medieval foi enormemente influenciado por Aristóteles.

Na segunda fase desta análise histórica, realizada por Kesselring (1992), é analisado a Idade Média, cuja análise se restringe ao ocidente cristão. Sendo principalmente através da tradição bíblica que surgem novos aspectos da concepção de natureza. E segundo a tradição cristã, a natureza é o âmbito da criação. Na qual, existe um criador, mas este não faz parte do mundo, não reside dentro da natureza. Desta forma, acrescentou-se que quem atribui a cada ser a sua determinação individual, isto é, a sua *physis*, é Deus. Com isso alterou-se a imagem da natureza fora do homem, e assim também com a imagem da natureza dentro do homem. Sem essa implicação normativa no conceito medieval da natureza, a discussão em torno do direito natural no começo da Idade Moderna permaneceria incompreensível. E sem a ideia do direito natural não haverá a ideia moderna dos direitos humanos, direitos que competem por natureza a cada ser humano.

Para compreender o conceito de natureza na primeira fase da Idade Moderna, segundo Kesselring (1992), deve-se considerar três pontos: as heranças do pensamento teológico da Idade Média; o fato da antiguidade ser redescoberta no século quinze e o

aprofundamento de uma tradição experimental na pesquisa científica sobre a natureza, uma tradição que se forma por volta do século treze.

Thomas Kesselring (1992), para demonstrar que a experimentação foi atribuída a prática científica, cita Francis Bacon, o qual propagou como fim das ciências naturais e experimentais a aspiração de poder sobre a natureza. Por volta do século XVI (isto é, na época de Descartes e Galileu), esta concepção generalizou-se e, desde então, as aplicações técnicas das ciências naturais transformaram a superfície da terra com velocidade crescente.

O segundo fator decisivo para o surgimento das ciências naturais modernas foi o estudo intensivo da literatura antiga no século quinze.

Nos séculos dezesseis e dezessete, a ideia cristã da criação preponderava firmemente. Deus permanecia como instância exterior à natureza, e a ideia de que Deus não apenas criara o mundo, mas continuava transformando-o sempre que isso fosse preciso, era bastante divulgada.

As ciências modernas andaram no rastro da teologia medieval também num outro sentido, até mais elementar: elas herdaram a suposição teológica de um determinismo geral e contínuo. No entanto, a convicção de que cada evento natural tem a sua própria causa confirma-se em nossa experiência diária. Portanto, não se pode demonstrar que todos os eventos sempre têm causas determinadas que os moldam parcial e integralmente. Na cosmologia cristã, Deus, enquanto criador e preservador da criação é a última causa, a causa contínua de todos os processos naturais. Na Idade Moderna, este papel foi assumido cada vez mais pelas leis naturais.

Um outro aspecto desta herança é a relação entre Deus e a natureza. Na Idade Média, pensava-se em Deus enquanto criador, cuja posição está fora da natureza e é anterior a ela. Esta concepção continua valendo na Idade Moderna. Porém, o próprio homem cujo lugar, na Idade Média, situava-se dentro da natureza, começou a assumir uma posição fora da natureza, uma posição quase divina. Ele abandona a sua “menoridade” e eleva-se, como dono da natureza, a seu dominador. A natureza torna-se objeto da ciência e de manipulação.

A cisão entre homem e natureza levou a divisão cartesiana do mundo em duas partes: a *res extensa* (mundo dos corpos materiais) e a *res cogitans* (mundo do pensamento). Deste modo, a natureza restringe-se à parte *res extensa*. O pensamento, por outro lado, não pertence à natureza.

A saída do homem da sua “menoridade” na Idade Moderna tem, a longo prazo, como consequência final, a inversão nas posições de Deus e do homem: a razão humana não está mais representada segundo o modelo da razão divina, mas, ao contrário, esta representada por aquela. A situação solitária do homem moderno, fora e além da natureza e abandonado por Deus (de cuja posição ele se apoderou), formando assim esta posição do homem moderno.

E com a ciência nova, cresce de forma inédita a quantidade de conhecimento e possibilidades técnicas. E ainda mais abalada está a autoconsciência humana, quando reconhece que ultimamente estamos numa máquina fisiológica e sem liberdade. A filosofia que, no século dezessete, era inseparável das ciências naturais, perde cada vez mais a sua importância em favor da ciência. A filosofia, segundo Kesselring (1992), continua indagando as condições e a possibilidade do conhecimento natural ou apontando a antinomia entre liberdade e determinismo, na qual o homem tem-se embrulhado. E, assim, a história denotando que o curso da ciência não se pode deter.

Discutindo agora o século dezenove, segundo Thomas Kesselring (1992), importa lembrar, antes de tudo, três fatores que contribuíram para uma profunda transformação ulterior do conceito de natureza e dos processos naturais: a aceitação geral da teoria da evolução; o descobrimento do acaso na teoria das ciências naturais e o segundo teorema da termodinâmica.

No mesmo século, a autoconsciência humana sofre uma série de abalos. Assim como a evolução, os acontecimentos econômicos e históricos também são encarados como processos naturais, contra os quais o sujeito individual é impotente. Torna-se assim um princípio fundamental da economia liberal, concorrência e exploração parecem ser legitimadas pela natureza.

O conceito de natureza no final do século dezenove não tem mais muitos aspectos em comum com o conceito grego de natureza (*physis*), nem com a teologia criacionista cristã. A impressão do homem em estar abrigado e seguro no centro do universo, oriunda das cosmologias antiga e medieval, tornou-se radicalmente obsoleta com as descobertas astrofísicas.

Segundo Kesselring (1992), hoje estamos diante de uma situação única na história da cultura, quando os âmbitos da técnica e da natureza começam a se confundir. O nosso estilo de vida dominado pela técnica tem consequências primárias e secundárias não reversíveis, o que nos força a contar com eles como se fossem eventos naturais. Com isso, confirma-se, mais uma vez, a tese de que o homem está hoje localizado fora da natureza, ao menos quanto à própria autoconsciência. Ocupando e explorando a natureza na prática, o homem moderno está vivendo como se não fizesse parte dela, mesmo que as fronteiras entre natureza e técnica estejam abaladas.

Dever-se-ia desta forma, renunciar a estratégias cujas consequências são contrárias à conservação de uma biosfera diferenciada, mesmo que isso custasse um certo preço econômico, pois a sobrevivência não é apenas uma questão de força, mas de diversificação e de multiplicidade.

Para Thomas Kesselring (1992), além da urgência prática da obrigação ecológica que temos, esta prognose coincide com a nova visão de natureza, a qual se tentou demonstrar. Para ele, se continuarmos absolutizando a ideia do concurso que é subjacente ao nosso sistema econômico e domina o nosso comportamento social, permaneceremos presos ao

conceito de natureza do século dezenove. Nem a ideia do liberalismo, nem a filosofia do mais forte são dos nossos tempos. Ambas provêm do século passado e merecem ser superadas ou, ao menos, profundamente revistas.

Desta forma, após um breve histórico do conceito de natureza apresentado por Thomas Kesselting (1992), abordar-se-á um resumo das obras “A vida dos animais” de John M. Coetzee (2002) e “La Pachamama y el humano” de Eugenio Raul Zaffaroni (2011), as quais posteriormente serão analisadas sobre o foco da ficcionalidade de Umberto Eco (1994).

3 | A VIDA DOS ANIMAIS DE J. M. COETZEE

Em a vida dos animais, que integrou o ciclo das *Tanner Lectures* proferidas na Universidade de Princeton, em 1997-8, John M. Coetzee mostra qual é a natureza dessa seriedade que exige o estabelecimento de uma ligação entre estética e ética. Como toda conferência desse ciclo, as de Coetzee têm como tema central uma importante questão ética, a maneira como os seres humanos tratam os animais e a natureza.

Segundo Amy Gutmann, responsável pela introdução ao livro de Coetzee, “A conferências de Coetzee são narrativas ficcionais: duas palestras dentro de duas palestras, que contém uma crítica à abordagem mais tipicamente filosófica da questão do direito dos animais” (2002, p. 07). Coetzee nos convida a imaginar um encontro acadêmico, na qual a personagem Elisabeth Costello, também romancista, é convidada por seus anfitriões de *Appleton College* a proferir duas conferências sobre um assunto de sua escolha. Para surpresa dos anfitriões, Costello não se volta para a literatura ou para a crítica literária, áreas notórias de seu conhecimento acadêmico. Ela prefere aproveitar a oportunidade para discutir em detalhe o que considera “um crime de proporções inimagináveis” cometido rotineiramente, sem qualquer hesitação, por seus colegas acadêmicos e pelos seus semelhantes humanos: o abuso contra os animais.

Coetzee relata as relações cada vez mais difíceis da romancista Elisabeth Costello com sua família e seus colegas de profissão. Elisabeth passa a considerar criminosos seus semelhantes humanos. Já estes acham que a romancista está exigindo deles uma mudança radical no modo de tratar os animais, mudança que ela não tem nenhum direito de exigir e que eles não têm nenhuma obrigação nem desejo de acatar. Para Amy Gutmann (2002, 08):

nesse contexto de ficção, a história da visita de Elisabeth Costello a *Appleton College* apresenta argumentos empíricos e filosóficos relevantes para a questão ética sobre a maneira como os humanos tratam os animais.

Poderíamos, se quiséssemos, tratar os animais com a devida simpatia por sua “sensação de ser”. Em sua primeira conferência (que constitui a parte principal da primeira conferência de Coetzee), Costello conclui que não há desculpa para a falta de simpatia

que os humanos demonstram pelos outros animais, porque “não há limite para o quanto podemos penetrar com o pensamento no ser do outro. Não há limites para a imaginação simpatizantes.” No entanto, a maioria dos seres humanos não expande o âmbito de sua imaginação de modo a incluir os animais porque acha “que podemos fazer qualquer coisa (com os animais) e escapar ilesos, sem receber nenhum castigo”.

“A forma ficcional, nas mãos de Coetzee, parece assim ter um propósito ético: estender nossa simpatia aos animais. Se a ficção não o fizer, a filosofia tampouco o fará. Se o fizer, então talvez a filosofia a siga”. (GUTMANN, 2002, p. 09)

As palestras de Costello dentro das conferências de Coetzee pedem, portanto, à plateia que “abra o coração e escute o que ele diz”. Os animais têm direitos? Os seres humanos têm deveres para com eles independentemente do fato de eles terem ou não direitos? Costello não responde a essas perguntas em suas conferências, porque são filosóficas demais para o seu propósito imediato. De qualquer forma, como diz Costello à sua plateia em *Appleton*, “se vocês quisessem alguém para vir aqui lhes traçar uma distinção entre alma mortal e alma imortal, ou entre direitos e deveres, teriam chamado um filósofo, não uma pessoa cuja única atividade digna de nota é ter escrito histórias sobre pessoas inventadas” (2002, p. 09).

Para Gutmann (2002, p.12),

Coetzee estimula nossa imaginação colocando-nos diante de uma escritora articulada, inteligente, envelhecida e cada vez mais alienada, que não consegue de se exasperar com seus semelhantes humanos, muitos deles acadêmicos, desnecessariamente cruéis com os animais e aparentemente, embora não admitam, comprometidos com essa crueldade. A história nos exorta a reconsiderar nossa devoção à razão como valor universal. Será que o universo é constituído sobre a razão? Será Deus um Deus de razão? Se assim for, então “o homem é como Deus, e os animais, como coisas”.

Mas Elisabeth Costello discorda com veemência dessa perspectiva antropocêntrica: “a razão não constitui nem a essência do universo, nem a essência de Deus. Ao contrário, a razão me parece ser, e de forma duvidosa, a essência do pensamento humano; ou pior, a essência de apenas uma tendência do pensamento humano” (2002, p.12).

Costello protesta, embora afirme que a filosofia se mostra totalmente incompetente para tornar éticas nossas atitudes em relação aos animais. Em suas palestras, Costello emprega a filosofia de modo muito consciente, muitas vezes para evidenciar a debilidade dos argumentos filosóficos que consideram as vidas de seres não pensantes menos valiosas em virtude de eles serem menos pensantes.

Ao contrário dos filósofos, os poetas apresentam, de início, “um sentimento” pela experiência do animal. Isso os leva a reconhecer que é crime matar qualquer animal capaz da sensação de estar vivo no mundo. Costello insiste para que reconheçamos que essa simpatia pode se estender à totalidade da vida animal no mundo. “Se somos capazes de pensar nossa própria morte”, pergunta ela, “por que diabos não somos capazes de pensar

a vida de um morcego?” Qual é, portanto, a motivação para pensar a vida dos animais, senão a moralidade?

Gutmann (2002) coloca que o tipo de conversa a que se refere é uma analogia, que ela traça insistentemente, entre a maneira como os seus semelhantes humanos tratam animais e a maneira como o Terceiro Reich tratou os judeus. “Ao tratar seus semelhantes, seres humanos criados à imagem de Deus, como animais”, diz ela a respeito dos nazistas, “eles próprios se transformaram em animais.” E continua: “estamos cercados por uma empresa de degradação, crueldade e morte que rivaliza com qualquer coisa que o Terceiro Reich tenha sido capaz de fazer...”

A vida dos animais mostra como pode ser difícil para pessoas moralmente sérias demonstrarem simpatia ou mesmo entender a perspectiva dos outros.

Elisabeth Costello precisa se conformar com o jeito de sua família e amigos tratarem os animais ou deveria convertê-los para a sua posição, convertendo também aqueles de nós que não partem do mesmo princípio que ela? Coetzee não nos dá resposta para essas perguntas. A história nos deixa com uma vívida sensação do conflito entre pessoas moralmente sérias em relação aos maus-tratos infligidos aos animais e do conflito aparentemente correlato sobre a analogia com o tratamento concedido aos mais hediondos crimes cometidos entre os próprios seres humanos. A questão central que Coetzee levanta é se existe alguma forma, seja filosófica, poética ou psicológica, de resolver esses conflitos éticos ou harmonizar essas sensibilidades conflitantes.

Quatro importantes comentadores, a teórica da literatura Marjorie Garber, o filósofo Peter Singer, a professora de religião Wendy Doniger, e a primatologista bárbara Smuts, discutem a forma e o conteúdo das palestras de Coetzee. Assim, *A vida dos animais*, segundo Amy Gutmann, “reúne conclusões de diversas perspectivas disciplinares que raramente se integram, pois Garber, Singer, Doniger e Smuts pertencem a disciplinas acadêmicas inteiramente distintas, que não são nem ao menos disciplinas afins” (2002, p. 13). Porém, o conjunto destes comentários permite uma compreensão mais ampla da maneira como os seres humanos podem e devem se relacionar com os animais, e desta forma com a natureza de uma maneira geral.

Para Gutmann (2002), ao comparar *A vida dos animais* com o gênero do romance acadêmico, Marjorie Garber realça a sua originalidade. Suas analogias colocam “algumas das mais prementes questões éticas e políticas” do nosso tempo. Garber analisa a maneira pela qual uma analogia séria, como aquela que se estabelece entre “os judeus mortos na Europa e o gado abatido”, pode funcionar na literatura e na crítica literária. Garber analisa as vantagens e desvantagens da disseminação de argumentos analógicos como esse na literatura. Muito mais que a filosofia, a literatura pode oferecer a “arte da linguagem”, e essa arte é usada habilmente por Coetzee em seu empenho de nos fazer atentar para uma questão ética que normalmente não atraia a atenção nem a imaginação das pessoas. *A vida dos animais* é, portanto, sugere Garber, uma obra que versa tanto sobre valor da

literatura, quanto sobre a vida dos animais.

Em comentário escrito sob forma de diálogo ficcional entre um filósofo dos direitos animais e sua filha, Peter Singer, o mais importante defensor filosófico dos direitos dos animais, se imagina na incômoda posição de se confrontar com alguém como Elisabeth Costello, ainda mais anticonvencional do que ele em relação aos animais. “O discurso dela parte de um igualitarismo entre humanos e animais mais radical do que o que estou preparado para defender”, diz o filósofo a sua filha.

O filósofo, personagem de Singer, conclui também que na medida em que os animais têm “consciência de si próprios” e têm “pensamentos sobre coisas futuras”, há “uma razão para se pensar que é intrinsecamente errado matá-los. Não absolutamente errado, mas talvez um erro sério”.

O comentário de Wendy Doniger investiga a distinção entre a prática do vegetarianismo e o exercício da compaixão pelos animais, uma distinção que ela sugere estar implícita em muitas tradições religiosas. “O argumento de que os humanos (mas não os animais) são criados à imagem de Deus é muitas vezes usado no Ocidente para justificar a crueldade para com os animais”, aponta Doniger.

Bárbara Smuts, que passou boa parte de sua vida profissional trabalhando e convivendo com babuínos e outros animais, percebe uma “falha notável” no texto de Coetzee. Elisabeth Costello pouco fala “sobre as relações humanas com os animais na vida real”. O comentário de Smuts é um relato sobre a individualidade de animais que se afeiçoam e são amados por seres humanos, pois Smuts acredita, devido sua vivência entre animais, na amizade entre ambos.

Assim, para Amy Gutmann, “Coetzee em sua obra *A vida dos animais*, debate a maneira pela qual os seres humanos deveriam tratar os animais e uns aos outros em meio à profunda discordância que sem dúvida continuará brotando dessa questão ainda por um bom tempo”. (2002, p. 16)

4 | LA PACHAMAMA Y EL HUMANO – EUGENIO RAUL ZAFFARONI

A humanidade no lugar de chegar a um equilíbrio e a uma paz eterna há muito tempo tem feito exatamente o contrário. E assim, na contemporaneidade, nos questionamos: até quando vamos seguir abusando da *Pachamama* (Terra) e crendo que somos senhores do todo? Quando a humanidade se dará conta de toda morte e desprezo por tudo aquilo que o rodeia, desprezando até a sua própria vida? Não é chegada à hora de questionar o mundo que será deixado para as próximas gerações? A natureza, o Ser maior que sofre todas estas inconseqüências humanas, não pode ser sujeito de direitos? Não é hora de se propor pensar um ecologismo jurídico e os direitos ambientais de maneira mais bem fundada?

Assim, a busca de um entendimento maior a respeito da natureza se faz necessário, ainda mais na contemporaneidade, algo imprescindível dentro e fora do meio acadêmico.

A natureza é hoje mais do que nunca concebida como um simples instrumento do homem. É objeto de uma total exploração, o qual não tem objetivo estabelecido pela razão, e, portanto, não tem limite.

Desta forma, para tentar melhor compreender estas discussões, é realizado agora uma análise do livro de Eugenio Raúl Zaffaroni, intitulado *La Pachamama y el Humano* (2011), o qual é um rastro genealógico de como se tem reconhecido e ignorado a natureza e os animais no pensamento filosófico e jurídico. Estas partem de um paradigma diverso ao do constitucionalismo liberal antropocentrista, que sempre privilegiou o indivíduo como único sujeito de direitos e obrigações. Dentro do reconhecimento de direitos coletivos se lega a proclamação dos direitos da natureza (*Pachamama*) como convicção dos demais direitos. Se instaurando assim uma cosmovisão emergente que pretende reconstruir a harmonia e o equilíbrio da vida, e que é a resposta das comunidades originais desta região: o paradigma do bem viver.

A exploração da natureza está promovendo um mundo no qual se realçam cada vez mais as diferenças, com pouco respeito à vida existente. A humanidade criou instituições e categorias discriminatórias e cruéis. Seguindo assim, ou da forma como a contemporaneidade se apresenta, Zaffaroni questiona se o fim da natureza querendo ou não é proclamado? Ou por meio do racional conseguiremos chegar a um equilíbrio?

Com esta ideia, Zaffaroni (2011) anuncia esta questão que hoje se encontra a margem do pensamento central, ditado pelo capitalismo. Em seu discurso, o autor questiona por meio do mundo jurídico, o que deveria compreender a urgência de um discurso que integre a história circular de nossa terra, e nos envolve em novos paradigmas políticos de auto-conservação e sobrevivência.

Em sua obra, em síntese, Zaffaroni (2011) divide três unidades de pensamento. Na primeira apresenta o idealismo de Gaia e *Pachamama*, onde coloca um pequeno histórico do pensamento a respeito da natureza, da antiguidade ao contemporâneo.

E nos conta que celebrando a natureza, a *Pachamama*, é do que somos parte, vital para nossa existência, desta forma a ideologia deste discurso é o de construir uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza para fim de alcançar o bem viver ou o pleno viver.

Zaffaroni afirma que “nos convertemos nos campeões biológicos da destruição intraespecífica e nos predadores máximos do extraespecífico” (2011, p, 16 e 17) E propõe que devemos rever o conceito de senhor da natureza para o de irmão, no sentido de fraternidade a natureza, somente desta forma poderemos recuperar a dignidade humana, a qual nos faz reconhecer-nos enquanto seres humanos. Segundo o autor, isto não significa nenhum romantismo que idealize as culturas originárias ou regredir aos povos precolonizados, pois, na contemporaneidade, nada pode negar a supremacia da técnica, o uso de instrumentos, em benefício de usar prudentemente a natureza. Não se trata, como já dito, de regredir a vida primitiva, mas sim de atuar com nossa tecnologia em conformidade

com as pautas éticas em relação com todos os entes da Terra. Segundo Zaffaroni (2011), se nossa condição humana nos dota de uma maior capacidade para idear instrumentos e ferramentas, cabe pensar também o que devemos fazer para que não destruamos nós mesmos, não aniquilemos as outras formas de vida presente na natureza e possamos viver em uma condição de igualdade de direitos, em se tratando de habitar o mesmo planeta.

O tema exclusividade do ser humano como titular de direitos sempre chama a atenção e as dúvidas dos penalistas sobre o bem jurídico nos delitos de mal tratamento de animais são eloquentes a este respeito. Se renovam com os chamados Direitos Ecológicos, que foram parte de uma lida teórica muito mais ampla dentro do NeoConstitucionalismo Latino Americano.

Uma primeira aproximação a esta problemática, temos no texto *Pachamama o Gaia*, apresentado por Zaffaroni em seu livro, porém foi o texto de lei com motivo de doutorado *Honoris Causa* outorgado pela Universidade Nacional de Tucúman (2009) a Juan Pegoraro. Em seguida, outros autores vêm defendendo à mesma causa, as quais neste ensaio são levantadas por Zaffaroni.

Na segunda unidade, trata do grande caos ideológico central instaurado pelo pensamento ocidental ao longo da construção do pensamento europeu divergido a todo globo, ao longo dos séculos.

Como sabemos, os grandes problemas em relação à natureza provém de todo o globo, porém os principais países do mundo, ditos desenvolvidos, são os maiores depredadores do ambiente, pois são estes os detentores das principais corporações econômicas.

E, para entender este caos ideológico, é necessário remontar a história. Pois, segundo Zaffaroni (2011), a identificação do humanismo com antropocentrismo e a confrontação deste com a natureza tem sua origem moderna em Descartes, que definitivamente acerbava a um romantismo, mais que um racionalismo, por paradoxal que pareça, já que o humano era o único ser racional e destinado a dominar a natureza, este sendo o pressuposto irracional oposto ao humanismo. Deste modo, o ser humano era um ser ilimitado em suas possibilidades de dominação da natureza e seus avanços neste processo de dominação era parte do progresso da razão contra o irracional.

Assim para Zaffaroni, a origem da confusão ideológica, obedece à continuidade entre “humanismo-razão-exclusividade-dominação e ao modo de acumular conhecimento que provém da Idade Média e cresceu durante o século XVIII” (2011, p. 99)

E, por fim, na terceira unidade discute, de maneira breve, o problema ético, colocado pelo pensamento capitalista, o qual, em comparação ao colocado por Zaffaroni entra em divergência direta, devido propostas de causas finais, pois um prioriza o homem, já o outro a natureza.

E, acerca deste ponto, Zaffaroni (2011) cita Aldo Leopold (1887 – 1948), um dos precursores do atual pensamento ecológico profundo, ao afirmar que existe uma base ética comum a todos os seres existentes na Terra e que, o ser humano tendo direito a

alterar a natureza, não pode perder o instinto comunitário que surge da convivência e da cooperação, da interdependência consigo, com as plantas e os animais. Dito em outras palavras, nenhum vivente deve ser tratado como uma coisa. Daí deve partir o imperativo humano de proteger a natureza, que aumenta na medida em que somos conscientes da facilidade com que a podemos destruir, ou seja, a experiência de vulnerabilidade, colocada por Zaffaroni. Seu imperativo podia sintetizar que “sua obra de tal maneira que os efeitos de sua ação não destruam a possibilidade futura da vida” (ZAFFARONI, 2011, p. 75).

Diante desta perspectiva, a necessidade de cooperação como regra de sobrevivência, considera o capitalismo, essencialmente competitivo, segundo Zaffaroni, como o principal obstáculo para a salvação da humanidade na Terra. Pois, se pensado, não vivemos sobre a Terra. Nós somos a Terra, parte da Terra. “Entre os seres vivos e inertes, entre a atmosfera, os oceanos, as montanhas, a superfície terrestre, a biosfera. Não havendo adição de todas estas partes, se não organicidade entre elas” (ZAFFARONI, 2011, p. 88).

5 | PROTOCOLOS FICCIONAIS

O objetivo neste subitem do artigo será colocar a proposta de análise de Umberto Eco (1994), a respeito da ficção, como forma de compreender e avaliar as presentes obras de Eugenio Raúl Zaffaroni, *La Pachamama y el humano* (2011) e de J. M. Coetzee, *A vida dos animais* (2002) como obras de metaficção, as quais auxiliam os leitores na compreensão de um novo conceito da natureza dentro na contemporaneidade.

Segundo Eco, se os mundos ficcionais são tão confortáveis, por que não tentar ler o mundo real como se fosse uma obra de ficção? Ou, se os mundos ficcionais são tão pequenos e ilusoriamente confortáveis, por que não tentar criar mundos ficcionais tão complexos, contraditórios e provocantes quanto o mundo real?

Eco coloca que Dante, Shakespeare, Joyce na verdade fizeram isso. E nesta análise, acrescentamos que Zaffaroni e Coetzee também conseguem tentar fazer esta reflexão. Pois as obras literárias destes autores se esforçam na ficção para ser tão ambíguas quanto a vida real. Já que a ficção parece mais confortável que a vida, tentamos ler a vida como se fosse uma obra de ficção.

Ao citar vários casos em que somos compelidos a trocar a ficção pela vida, e assim vice-versa, Eco cita Andréa Bonomi, o qual diz: “para entender o conteúdo de um texto que descreve determinada situação não precisamos aplicar a esse conteúdo as categorias de verdadeiro ou falso” (1994, p. 125). Mas coloca Eco que isso não é tão óbvio. Na verdade, em geral achamos que, ao ouvirmos ou lermos qualquer tipo de relato, devemos supor que temos de aceitar como verdadeira e, assim, estamos dispostos a avaliar seu discurso em termos de verdadeiro ou falso. Da mesma forma, comumente pensamos, coloca Humberto Eco, que só em casos excepcionais – aqueles em que aparece um sinal ficcional – suspendemos a descrença e nos preparamos para entrar num mundo

imaginário. A experiência com os textos de Zaffaroni e Coetzee provam, ao contrário, que, quando ouvimos uma série de frases recontamos o que aconteceu a alguém, a princípio colaboramos reconstituindo um universo que possui uma espécie de coesão interna, e só depois decidimos se devemos aceitar essas frases como uma descrição do mundo real ou de um mundo imaginário.

E coloca Eco em discussão uma distinção que muitos teóricos têm proposto, a saber, entre “narrativa natural e artificial” (1994, p. 125). Segundo Eco a narrativa natural “descreve fatos que ocorreram na realidade. Exemplos de narrativa natural são meu relato do que aconteceu comigo ontem, uma notícia de jornal”. (ECO, 1994, p. 125) Já a narrativa artificial é “supostamente representada pela ficção, que apenas finge dizer a verdade sobre o universo real ou afirma dizer a verdade sobre um universo ficcional” (1994, p. 126).

Entretanto, coloca Eco, que as coisas nem sempre são tão bem definidas quanto à visão teórica pode levar a crer. No entanto, a literatura coloca que a narrativa artificial é identificável por ser mais complexa que a natural. Já Eco, menciona em sua obra *Seis passeios pelos Bosques da Ficção* (1994), que qualquer tentativa de determinar as diferenças estruturais entre narrativa natural e artificial em geral pode ser anulada por uma série de contra-exemplos. Pode-se mencionar, por exemplo, que a definição de ficção é uma narrativa em que as personagens realizam certas ações e paixões, as quais transportam a personagem de um estado inicial para um final. Contudo, poderíamos aplicar a mesma definição também a uma história verdadeira, como: “Ontem pela manhã, estava com fome. Saí para comer. Pedi um café da manhã em uma panificadora e depois fiquei satisfeito.” Desta forma, coloca Humberto Eco que “parece que a ficcionalidade se revela por meio da insistência em detalhes inverificáveis e intrusões introspectivas, pois nenhum relato histórico pode suportar tais ‘efeitos de realidade’” (1994, p. 128).

Basta, porém, encontrar uma única obra de ficção que não apresente nenhuma dessas características (podemos citar as aqui analisadas) para afirmar que não existe um sinal incontestável de ficcionalidade. Em tal caso, o que ocorre com frequência, coloca Eco, é que não decidimos entrar em um mundo ficcional, porém de repente, sem explicação, nos vemos inundado dentro deste mundo.

Na ficção, comenta Eco, que as referências precisas ao mundo real são tão intimamente ligadas que, depois de passar algum tempo no mundo ficcional e de misturar elementos ficcionais com referências à realidade, o leitor já não sabe muito bem onde está. Tal situação dá origem a alguns fenômenos bastante conhecidos. “O mais comum é o leitor projetar o modelo ficcional na realidade – em outras palavras, o leitor passa a acreditar na existência real de personagens, fatos e acontecimentos ficcionais” (1994, p.131).

E, como as temáticas presentes em ambos os livros, tanto de Zaffaroni como de Coetzee, Eco diz que levar a sério as personagens ou fatos apresentados na ficção, também pode produzir um tipo incomum de intertextualidade, onde os fatos apresentados em determinada obra ficcional podem aparecer em outra obra ficcional e, assim, atuar

como um sinal de veracidade. Pois, quando estes fatos migram de um texto para o outro, “o ficcional conota e adquire uma cidadania no mundo real, se libertando das histórias que as criaram” (1994, p. 132).

Por essa razão, estas obras montam arquétipos, os quais por excelência não possuem uma forma exata, mas sim temáticas transcendentais, as quais podem ser deformadas e desconjuntadas sem cessar, e incorporadas assim em qualquer outro ambiente, seja este real ou ficcional. Exemplos, deste modelo, coloca Eco,

a imensa e antiga popularidade da Bíblia se deve a sua natureza desconexa, resultante do fato de ter sido escrita por muitos autores diferentes” e “na Idade Média, a *Eneida* de Virgílio servia de manual para profecias e adivinhações, bem como as *Centúrias* de Nostradamus. (1994, p. 134)

Há, portanto, muitos motivos para que uma obra de ficção possa ser projetada na realidade. Porém, segundo Humberto Eco, temos de considerar também outro problema, muito mais importante: nossa tendência de construir a vida como um romance (ou seja, obra ficcional).

Para explicar este fato, cita Eco, que no século XVII, Francis Lodwick precedeu o que hoje conhecemos como a teoria de *gramática de caso*, segundo a qual nosso entendimento de um termo num contexto toma a forma de uma instrução. Em suma, explica o autor que “entendemos as frases porque conseguimos imaginar histórias curtas, as quais essas frases se referem mesmo quando estão nomeando determinada categoria natural” (ECO, 1994, p. 135) e continua

No entanto, psicólogos como Jerome Bruner afirmam que nossa maneira normal de explicar experiências do cotidiano assume igualmente a forma de histórias, e a mesma coisa ocorre com a História vista como *historia rerum gestarum*, ou narração de eventos passados reais. Arthur Danto disse que a “História conta histórias”, e Hayden White falou da “História como artefato literário”. A. J. Greimas baseou toda a sua teoria de semiótica num “modelo actante”, uma espécie de esqueleto narrativo que representa a estrutura mais profunda de qualquer processo semiológico, de modo que a “narratividade é o princípio organizador de todo discurso.

Nosso relacionamento perceptual com o mundo funciona porque confiamos em histórias anteriores. Não poderíamos perceber inteiramente uma árvore se não soubéssemos (porque outras pessoas e discursos já nos guiaram e disseram que era aquilo) que ela é o produto de um longo processo de crescimento e que não cresce da noite para o dia. Essa certeza faz parte do nosso “entendimento” de que uma árvore é uma árvore, e não uma flor. Aceitamos como verdadeiro uma história que nossos antepassados nos transmitiram, ainda que hoje cientistas possam ter provado o contrário, ou a afirmado. Assim, fazemos recurso da memória pessoal e coletiva (história real e mito), confiando nestes relatos, sejam reais ou ficcionais, criamos e moldamos nosso presente e futuro.

A este respeito, Eco coloca que “esse emaranhado de memória individual e memória coletiva prolonga nossa vida, fazendo-a recuar no tempo, e nos parece uma promessa de

imortalidade. Quando partilhamos dessa memória coletiva (através de histórias de nossos antepassados ou através de livros)” (1994, p. 137).

E, assim, é fácil entender por que a ficção nos fascina. Ela nos proporciona a oportunidade de utilizar infinitamente nossas faculdades para perceber o mundo e reconstituir o passado. E, assim, Eco questiona: mas, se a atividade narrativa está tão intimamente ligada à nossa vida cotidiana, será que não interpretamos a vida como ficção e, ao interpretar a realidade, não lhe acrescentamos elementos ficcionais? E acrescentamos: como devemos lidar com instruções da ficção na vida, quando notamos o impacto que esse fenômeno pode causar?

Segundo Umberto Eco

os resultados podem ser inocentes e prazerosos, porém, às vezes a vida pode ser completamente modificado por estes fatos. Refletir sobre essas complexas relações entre leitor e história, ficção e vida, pode constituir uma forma de terapia contra o sono da razão que gera monstros (1994, p.145).

De qualquer modo, não deixamos de ler histórias de ficção, porque é nelas que procuramos uma fórmula para dar sentido a nossa existência. Afinal, é ao longo de todas estas leituras de mundo, destas tessituras que nos são apresentadas, seja pelo viés ficcional ou real que damos sentido a nossa existência, bem como elevamos nossa conhecimento de nós próprios a um sentido de ser humano, o qual entende a natureza a nossa volta e nos faz refletir sobre o mesmo meio.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como notado ao longo desta reflexão, o conflito nesta discussão é algo iminente, pois entender a natureza humana ou sua condição dentro desta é um exercício que o ser humano precisa realizar, o qual transcende seu meio físico, pois deve-se em determinados momentos ultrapassar as barreiras da razão clássica, como forma de transpor um pensamento já enraizado pela humanidade.

E, assim este artigo foi proposto, como forma de analisar determinadas obras meta-ficcionais, que embora tratem no não real, da ficção, se tornam idealizadores de formas de pensar “diferente”, pois fogem do clássico pensamento capitalista, já enraizado em nossa sociedade, voltado ao consumo de tudo (natureza) e de todos (ser humano).

Como colocado anteriormente a saída do homem da sua “menoridade” na Idade Moderna tem, a longo prazo, como consequência final, a inversão nas posições de Deus e do homem: a razão humana não está mais representada segundo o modelo da razão divina. E, a situação solitária do homem moderno, fora e além da natureza e abandonado por Deus (de cuja posição ele se apoderou).

Como colocado por Kesselring, hoje estamos diante de uma situação única na história da cultura, quando os âmbitos da técnica e da natureza começam a se confundir.

O nosso estilo de vida dominado pela técnica tem consequências primárias e secundárias não reversíveis, o que nos força a contar com eles como se fossem eventos naturais. Com isso, confirma-se, mais uma vez, a tese de que o homem está hoje localizado fora da natureza, ao menos quanto à própria autoconsciência. Ocupando e explorando a natureza na prática, o homem moderno está vivendo como se não fizesse parte dela, mesmo que as fronteiras entre natureza e técnica estejam abaladas.

Dever-se-ia desta forma, renunciar a estratégias cujas consequências são contrárias à conservação de uma biosfera diferenciada, mesmo que isso custasse um certo preço econômico, pois a sobrevivência não é apenas uma questão de força, mas de diversificação e de multiplicidade. Ainda, além da urgência prática da obrigação ecológica que temos, esta prognose coincide com a nova visão de natureza, a qual se tentou demonstrar por meio das obras meta-ficcionais. Assim, se continuarmos absolutizando a ideia do concurso que é subjacente ao nosso sistema econômico e domina o nosso comportamento social, permaneceremos presos ao conceito de natureza de séculos anteriores.

E por isso a análise de Eco nos vislumbra um entendimento a este respeito, a presente identidade do conceito da natureza na contemporaneidade, pois já que a obra de ficção não se trata de uma realidade, por que não podemos utilizá-la como para uma forma de transformação da realidade? Já que a ficção nasce do real, por que não transformar a realidade com base no ficcional, esta como índole de utopia a ser alcançada? Ao se estudar a literatura, nota-se que a ficção é tão antiga quanto à literatura, para não se dizer anterior, e desde a época mitológica, na Grécia antiga, por exemplo, os homens utilizam-se da ficção, do não real para pautar ou instruir seus povos. E já que esta prática se torna tão real desde a antiguidade, por que não se pode idealizar um conceito de natureza, como proposto pelas obras meta-ficcionais aqui apresentadas. Assim, o idealismo proposto pelo meta-ficcional poderia se tornar uma premissa de uma construção real para o conceito de natureza, conferindo um desenvolvimento que fosse realmente sustentável e nosso ecossistema como um todo se mantivesse de certa forma protegido.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Fernando Bastos de. **Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1976.

BORGES, Jorge Luis. **Ficções (1944)**. Trad. Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COETZEE, J. M.. **A vida dos animais**. 2. ed. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ECO, Umberto. **Seis Passeios pelos Bosques da Ficção**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KESSERLING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. **Ciência e Ambiente**. Santa Maria, UFSM. III. Jul/Dez 1992. p. 19 – 39.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 14.ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La Pachamama y el Humano**. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2011.